

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

MARIA AUGUSTA MUNDIM VARGAS *

O enfoque do estudo centrou-se na avaliação dos projetos de irrigação construídos na bacia do São Francisco sergipano entre 1973-1993. Os projetos de irrigação são tratados no contexto da estruturação do espaço regional e da construção de um território que tem na irrigação o seu componente determinante. Eles foram concebidos como pólos de desenvolvimento, isto é, como estratégia de reprodução do espaço nordestino. O trabalho procura, assim, expor o papel da política hídrica na produção do espaço sergipano, inserido na realidade da região Nordeste.

No sentido mais amplo, a produção da Região Nordeste pode ser entendida através da leitura do processo assistencialista que marcou e vem marcando as relações com o Nordeste e para o Nordeste. O seu contexto ideológico, social e político foi sempre marcado pela carência de chuvas e de recursos; pela justificativa de uma miséria social embasada na relação simplista decorrente destas carências e, ainda, pela homogeneização de um espaço múltiplo, heterogêneo e diverso.

A tecnoburocracia estruturada a partir dos anos 60 para a implementação da integração do espaço nacional, teve papel relevante na reprodução do espaço nordestino. A atuação da SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, é indiscutível para toda a Região e, na área em estudo, a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, criada em 1974, marca a planificação dos projetos de irrigação.

No contexto regional a CODEVASF, ficou encarregada de promover o desenvolvimento integrado nas áreas prioritárias (selecionadas desde a década de 60, pelo órgão de planejamento da bacia, a SUVALE, que lhe antecedeu), através da utilização dos recursos de água e solo, para fins agrícolas e agroindustriais. O DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, criado em 1909, continuou sua atuação fora da área da bacia do São Francisco e a SUDENE manteve primordialmente, a função de repassadora de recursos.

OS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO SERGIPANO

A área da bacia do São Francisco em Sergipe, com seus 8.316 km², abrange desde as caatingas de Canindé do São Francisco às restingas de Brejo Grande e conta com 5 projetos de irrigação, construídos através de iniciativa governamental.

Dentre estes, a CODEVASF construiu 3 projetos às margens do rio São Francisco, próximo à sua foz. A atuação do DNOCS e da CODEVASF em Sergipe ficou nitidamente delimitada: o DNOCS manteve sua atuação nas sub-bacias do semi-árido e a CODEVASF nas várzeas inundáveis do rio. Apesar da jurisdição de atuação da CODEVASF corresponder à área total da bacia do São Francisco, o semi-árido sergipano não foi tido como área prioritária para a

* Profa. Msc. do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, pesquisadora do NESA - Núcleo de Estudos do Semi-Arido

irrigação. O DNOCS manteve aí a construção de pequenos açudes. A área prioritária Bacia Leiteira não interessava à CODEVASF.

Entre 1973-83, as obras dos 3 projetos construídos, com área irrigada de 6.194 ha, assentou 1.576 colonos que receberam lotes de 4 ha em média. Estes projetos situam-se nos municípios de Propriá, Telha, Neópolis e Ilha das Flores.

Nos três projetos - Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume - a CODEVASF utilizou-se da mesma estratégia: desapropriação de grandes várzeas anteriormente ocupadas por famílias de meeiros e arrendatários que cultivavam vários produtos, tendo como carro-chefe o arroz. Sob a orientação da CODEVASF, apenas o arroz foi plantado nos perímetros irrigados eliminando, assim, a policultura.

Na década de 80, a despeito da existência da CODEVASF e do DNOCS, o Governo do Estado iniciou a construção de um projeto de irrigação, também com fins de colonização. É assim que na área do semi-árido da bacia do São Francisco é construído o Projeto Califórnia (1985-87). Ele desapropriou aproximadamente 5 000 ha; destes, irrigou 1 000 ha divididos em 241 lotes destinados a colonos (4,0 ha em média), técnicos agrícolas e empresários (15,8 ha em média). Situado a 12 Km em linha reta do leito do rio, sua implantação exigiu a construção de um grande canal de adução e a instalação de 6 estações de bombeamento.

A produção do Califórnia alterou bastante desde então. Já se plantou tomate, amendoim, inhame, cenoura, milho, feijão, dentre outras. Atualmente, os colonos tem privilegiado a produção de quiabo (devido a adaptação e ao longo ciclo de colheita ininterrupta), seguida do milho, feijão, acerola e frutíferas.

Na verdade, a área desapropriada para o projeto Califórnia, já havia sido levantada pela SUVALE na década de 60, e descartada para fins de irrigação devido aos altos custos das obras e das condições desfavoráveis de solo. Como já exposto, ela constituiu-se para a CODEVASF como área prioritária Bacia Leiteira.

O mesmo fato ocorreu no início dos anos 90 quando, mais uma vez, o Governo do Estado decidiu construir o projeto Platô de Neópolis, também situado em área descartada para a irrigação pela CODEVASF. Contudo, as especificidades de localização e concepção tornaram este projeto de irrigação pioneiro em vários aspectos. Implantado próximo à foz do rio, é o primeiro projeto de irrigação situado em área úmida, com chuvas regulares (4 a 5 meses secos) e, portanto, fora do semi-árido. É também o primeiro projeto de irrigação de Sergipe que previu a distribuição de lotes exclusivamente para empresas, em regime de concessão de 50 anos. Ainda, o tamanho mínimo dos lotes foi estabelecido em 30 ha.

O Governo do Estado desapropriou aproximadamente 10 000 ha dos quais irrigou 7 248 ha. Em 1995, ele entregou às 28 empresas selecionadas a infra-estrutura básica de distribuição de água. Por concepção, as empresas deveriam produzir frutos para exportação - uva, manga, acerola, abacaxi, laranja, limão, maracujá e kiwi - 'in natura' e em polpa. (cf. Governo do Estado, 1993). Contudo, até o momento, apenas duas empresas estão com lotes cultivados (côco e laranja) e as unidades de beneficiamento estão sem previsão de construção.

Em síntese, os governos federal e estadual, com seus respectivos órgãos planejadores e gestores, e através de vários programas especiais, promoveram a regionalização da bacia do São Francisco sergipano com a criação dos 5 pólos de irrigação descritos. Entretanto, a análise mais aproximada das políticas governamentais demonstra que apesar da criação dos pólos de irrigação, a região permanece subdesenvolvida e as metas governamentais não mantiveram o compromisso com o desenvolvimento regional

AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

A Tabela 1 mostra a síntese dos projetos de irrigação na área da bacia do São Francisco em Sergipe. Percebe-se que 1 845 lotes foram destinados à irrigação mas que 50,2% da área total irrigada é representada pelos 28 lotes empresariais do projeto Platô de Neópolis.

Esta distorção, demonstrada aqui pela forte concentração das terras irrigadas não se apresenta nos anos 90 como uma exceção ou mesmo como um desvio indesejável das políticas governamentais até então implementadas. Com efeito, uma análise retrospectiva dessas políticas mostra o excessivo assistencialismo e a apropriação da irrigação como alavancagem do desenvolvimento regional.

No primeiro momento, o semi-árido foi tido como área de expansão da pecuária e como tal, recebeu obras de açudagem e pequenas barragens. Para facilitar a penetração, foram construídas estradas nos anos 60 . O DNOCS foi, assim, o órgão pioneiro na legitimação da ação do Estado no semi-árido.

Neste período ocorreu o primeiro processo de modernização do semi-árido com o plantio de pastagens e a introdução de rebanho melhorado. Este processo deu-se paralelo ao movimento de legitimação das terras e expulsão dos meeiros, posseiros e arrendatários, até então responsáveis pela expressiva produção de feijão, milho e mandioca do sertão sergipano do São Francisco. (Cf. VARGAS, 1988).

TABELA 1
BSFS - SÍNTESE DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - 1993

PROJETOS	NÚMERO DE LOTES		ÁREA IRRIGADA (ha)	Nº DE EMPREGOS (concepção do projeto)
	Total	Irrigado		
CODEVASF				
1. Propriá	310	310	1.126	*
2. Cotinguiba/Pindoba	524	524	2.208	*
3. Betume	984	742	2.860	*
Sub-Total	1.818	1.576	6.194	18.000
Gov. do Estado				
1. Califórnia	324	241	1.000	4.080
2. Platô de Neópolis	28	28	7.248	15.000
Sub-Total	352	269	8.248	19.080
TOTAL	2.170	1.845	14.442	37.080

* Dados: Relatório CODEVASF, 1984

No segundo momento, a CODEVASF definiu duas áreas prioritárias em Sergipe, a Bacia Leiteira (no sertão) e as Várzeas Inundáveis (próximo ao litoral) e atuou apenas nesta última. Aí foram construídos os tres perímetros irrigados, já descritos. Ela executou sua programação subordinada à urgência estabelecida pelo setor elétrico. A construção do lago de Sobradinho implicaria na elevação permanente do nível médio do rio, o que acarretaria a inundação das várzeas, até então ocupadas por inúmeras famílias de meeiros e arrendatários. Por imposição do Banco Mundial, financiador de Sobradinho, foram executadas obras de contenção das margens do rio e a implantação de projetos de irrigação. (Cf. CODEVASF,1976).

Coube à CODEVASF a execução destas obras, o que estabeleceu o marco da modernização no baixo São Francisco. Contudo, os efeitos imediatos foram drásticos para a economia dos municípios atingidos.   paralização total da produção até o término das obras, seguiu-se o  xodo da maioria da famílias não beneficiadas com lotes nos projetos, a eliminação da policultura, a quebra do comércio local e a falência de beneficiadores de arroz.

A esta desestruturação inicial, observou-se a descontinuidade de atuação da CODEVASF desde a captação de recursos para programas de custeio da produção até a intervenção nas cooperativas. Os perímetros irrigados são hoje entendidos como “ reas de exceção”(cf. DINIZ & FRANÇA, 1992), pois apesar de constituirem-se elementos diferenciadores da produção do espaço (com elevada alocação de tecnologia e recursos), mant m baixos índices de produtividade e de padrão de qualidade de vida.

Paralelamente a essa desestruturação da produção, as áreas do sertão sofreram, na segunda metade da década de setenta, um longo período de estiagem, configurando-se na seca mais drástica até então vivenciada no Nordeste. Já no início dos anos 80, relatórios oficiais apontavam (inclusive enquanto crítica ao domínio da pecuária) a nova “vocação” do sertão: a irrigação. Assim, o segundo momento de modernização do sertão sergipano do São Francisco

é delimitado com a construção do projeto de irrigação Califórnia. Ele inovou ao reservar parte de sua área a técnicos e empresários. Entretanto, a sua manutenção só é possível através de subsídios uma vez que, desde o início, os cultivos produzidos não têm valor de mercado compatível com os custos da irrigação e os lotes destinados a técnicos e empresários foram apenas parcialmente ocupados.

Comparativamente aos projetos da CODEVASF, o Califórnia foi um sucesso. Contudo, seu efeito social sequer alterou as estatísticas de produção agrícola do sertão alcançadas em décadas anteriores e tampouco minimizou os problemas de terra e desemprego. Neste sentido, mantém-se único e isolado como uma ‘área de exceção’.

De posse da análise dos relatórios oficiais, o Governo do Estado assumiu o entendimento de que o fracasso decorreu, sobretudo, pelo baixo nível cultural e resistência à mudanças dos colonos beneficiados com lotes irrigáveis. Assim, é lançado, em 1988, um programa de irrigação, com a promessa de implantar mais um projeto no sertão, numa área contígua ao Califórnia, e um outro nos tabuleiros costeiros, nos municípios de Neópolis e Japaratuba.

O projeto do sertão, denominado Califórnia II, quedou-se promessa daquele governo e sem condições de ser assumido pelo atual, face à crise administrativa-financeira do momento. A irrigação como “vocação do semi- rido” acoplada à iniciativa empresarial acarretaria em desgaste político no sertão, onde a pressão pela terra, através de invasões e sucessivos confrontos, já se fazia presente desde o final dos anos setenta.

Desta maneira, como já exposto, o Governo do Estado assume a implanta o do p lo agroindustrial numa área ocupada predominantemente por médios proprietários, cuja produ o dominante de cana-de-a o car, vinha enfrentando s rios problemas com a falência da usina local, compradora da produ o e, ainda, próxima aos perímetros irrigados da CODEVASF, igualmente falidos. A perspectiva de gera o de 15.000 empregos diretos (cf. COHIDRO, 1993), certamente causou um impacto positivo que dificilmente seria alcançado no sertão.

Entretanto, no que se refere a produ o do espaço, o Platô de Neópolis difere-se dos demais projetos pelo caráter de “extraterritorialidade”(cf. EGLER, 1992), já definido em sua concep o como uma área exportadora. Com efeito, sua implanta o d -se na região, mas não para a região.

A (DES) ESTRUTURA O DO ESPAÇO

De imediato observa-se que os projetos de irriga o implantados entre 70/80 constituiram-se em “ reas de exce o” do modelo de pólos de desenvolvimento e o Platô de Neópolis apresenta-se com uma característica de “extraterritorialidade” frente ao o atual modelo concorrencial. O traço comum que perpassa a análise regional é que os desequil rios intraregionais conformam uma realidade longe de ser resolvida através da implanta o de projetos de irriga o.

Paralelamente   constru o dos projetos de irriga o, observa-se que a década de 70 foi marcada pelo desenvolvimento das comunica es. Nos anos 80, a constru o de adutoras proporcionou o abastecimento de água às sedes e povoados. A CODEVASF concluiu as obras

de seus projetos, o Governo do Estado construiu o Califórnia e a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) a hidrelétrica de Xingó. Assim, seja diretamente ou indiretamente, a bacia do São Francisco foi marcada por obras que permitiram a oferta e a garantia de empregos para a população.

No início dos anos 90, o contingente populacional expulso do campo e provisoriamente ocupado nas obras acima referenciadas, torna-se desempregado. Grande parte deste contingente instala-se nos povoados e nas favelas das sedes municipais. Os conflitos oriundos das dimensões tecnológicas, políticas e sociais engendraram excluídos em todos os níveis, podendo-se afirmar que não promoveram o efeito difusor de pólos de desenvolvimento. Apesar de propostas com um forte apelo ao desenvolvimento regional, constituíram-se em “áreas problemas” da “região problema”.

Enquanto projetos concebidos pelos governos estadual e federal, causaram o enfraquecimento das administrações locais que viram-se sujeitas às intermitências de alocação de recursos, direcionamento da produção e desenvolvimento de obras. As prefeituras passaram a conviver com problemas aparentemente contraditórios tais como: favelamento, especulação imobiliária, desemprego, surto de emprego temporário, migrações, dentre outros.

Com relação aos altos custos de implantação (US\$ 10 000/ha), os governos federal e estadual abandonaram a colonização e priorizaram os contratos empresariais, afastando do projeto social propagado em seu discurso. A CODEVASF, a partir de 1995, vem direcionando a liberação de lotes de colonos inadimplentes para empresas. Em consequência, não podem ser considerados como solução aos problemas de produção de alimentos pois produzem para exportação. Sob o novo modelo empresarial, oferecem aos trabalhadores apenas emprego temporário e salário mínimo, insuficientes para garantir a elevação do poder de compra bem como o dinamismo da economia local e regional.

Com efeito, as ações governamentais, visando a instalação de pólos difusores do desenvolvimento regional, mantiveram-se pontuais e incapazes de eliminar as condições de subdesenvolvimento. Após várias décadas de planificação e avaliação do planejamento regional, percebe-se que as atuais políticas de integração do país ao fluxo da economia mundial, apresentam-se como aquelas oriundas da planificação centralizada e autoritária: a definição do uso e das funções do território é estabelecida fora do circuito de decisões local e regional. A área da bacia do São Francisco em Sergipe é um exemplo, pois encontra-se hoje numa situação em que se evidencia uma dura coexistência entre a velha realidade desestruturada e a novidade inacabada.

BIBLIOGRAFIA

CODEVASF. **Projeto Emergência - Pequenas Vázeas - Baixo São Francisco Sergipano**. Brasília, Ministério do Interior/SCET International/SIRAC - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1976.

DINIZ, J.A.F. & FRANÇA V. L. A. **Area de exceção Sergipe/Alagoas**. Recife, SUDENE, 1992.

EGLER, C. A. A “extraterritorialidade” como instrumento de política econômica IN **Workshop de Geociências**. Anais. Rio de Janeiro, 1992.

GOVERNO DE SERGIPE. **Relatório de Atividades 1992**. Aracaju, COHIDRO. Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação, 1993.

VARGAS, M. A. M. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco**. Aracaju, Tese de Mestrado, NPGeo/UFS, 1988.